

INTENSIFICAR A ACÇÃO REIVINDICATIVA

10 PROPOSTAS IMEDIATAS PELO EMPREGO; SALÁRIOS; DIREITOS SOCIAIS

Portugal precisa de uma política alternativa que desenvolva o sector produtivo, promova o investimento público e privado, assegure o crescimento económico para criar mais e melhor emprego, valorize o trabalho e respeite os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, garanta uma justa distribuição da riqueza e dinamize a procura interna, combata a pobreza e as desigualdades.

Prosseguir, intensificar e ampliar a luta em torno dos objectivos constantes da Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2012, constitui um imperativo do movimento sindical e de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

1. Melhorar os salários e aumentar o valor das pensões de reforma

- **Aumentar os salários em pelo menos 4%**, tendo em conta o aumento da inflação em 2011 (3,5) e o agravamento da carga fiscal sobre o trabalho, de acordo com as condições objectivas dos sectores e das empresas;
- **Estabelecer o salário mínimo em 500 euros em Setembro de 2011**, dando-se assim cumprimento, ainda que parcialmente, ao acordo de concertação social de 2006. Fixar um novo quadro de evolução plurianual para o salário mínimo, de modo a que este alcance 600 euros em 2013;
- **Aumentar o valor das pensões** em 1.1.2012, tendo como limiar mínimo a inflação verificada em 2010 e 2011, devendo este aumento abranger todas as pensões mínimas;
- **Garantir a actualização** dos escalões do IRS que não seja inferior à inflação verificada, de forma a não penalizar mais a carga fiscal sobre os trabalhadores (as).

2. Promover o emprego e combater a precariedade

- **Exigir uma política que assegure o crescimento da economia**, para criar empregos estáveis e com direitos e combater o desemprego;
- **Combater as propostas de alteração da legislação do trabalho**, que têm como finalidade tornar os despedimentos mais fáceis e baratos, reduzir o subsídio de desemprego, generalizar a precariedade, atacar a contratação colectiva e a segurança social;

- **Combater a precariedade** no sector privado e na Administração pública, exigindo que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato efectivo.
- **Combater o trabalho ilegal e clandestino, o trabalho não declarado e o trabalho informal.**

3. Defender a contratação colectiva

- **Garantir o exercício pleno do direito de contratação colectiva** consagrado na Constituição da República e a sua promoção como instrumento de distribuição da riqueza e de progresso social e de estabilidade das relações laborais, quer no sector privado, quer na Administração Pública, quer no Sector Empresarial do Estado;
- **Revogar as normas gravosas do Código de Trabalho nomeadamente as que se destinam a promover a caducidade das convenções que visam dificultar a efectivação dos direitos** individuais e colectivos dos trabalhadores, como o da intervenção sindical no local de trabalho e outros que se encontram consagrados, nas convenções colectivas de trabalho;
- **Fazer respeitar os horários** consagrados na lei e nas convenções colectivas de trabalho. Lutar pela redução progressiva do horário de trabalho, para as 35 horas semanais sem adaptabilidade e sem perda salarial, como um meio para criar mais emprego e combater o desemprego.

4. Promover a igualdade no trabalho

- **Combater todas as discriminações**, directas ou indirectas, sobre trabalhadores nacionais ou imigrantes, assegurando uma efectiva igualdade de oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego;
- **Reclamar a aplicação de políticas que conduzam à erradicação das desigualdades e discriminações** existentes na sociedade, na família e no local de trabalho, em função do sexo, da idade, da deficiência ou da doença, da origem racial ou étnica, da religião, da orientação sexual, da toxicodependência, da filiação sindical, do exercício da actividade sindical ou por motivos ideológicos.
- **Garantir a efectiva protecção da maternidade e da paternidade**, o que passa pelo reforço da intervenção da ACT e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;

5. Concretizar o direito à formação e qualificação profissional

- **Garantir uma formação inicial de qualidade** para os jovens e de aprendizagem ao longo da vida, possibilitando a elevação da qualificação dos trabalhadores, com reflexo nas carreiras e nos salários;
- **Condicionar os apoios às empresas** ao cumprimento das obrigações legais e contratuais, nomeadamente no que respeita à elaboração de planos de formação e às 35 horas de formação contínua para cada trabalhador.

6. Valorizar a Administração Pública, as funções sociais do estado e os serviços públicos

- **Lutar contra a subversão do papel do Estado** que está em marcha na Administração Pública, Central, Regional e Local; defender a melhoria dos serviços públicos no respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- **Defender o SNS**, a Escola Pública, a Segurança Social e o Poder Local Democrático; combater a privatização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, bem como a destruição do Estado Social.

7. Melhorar a Segurança Social

- **Defender o sistema público de segurança social solidário e universal**
- **Exigir a revogação do designado factor de sustentabilidade** que reduz progressivamente as pensões desde 2008.
- **Rejeitar a proposta de diminuição das contribuições patronais para a segurança social** (taxa social única) que conduz ao enfraquecimento da segurança social universal e solidária e ao aumento de impostos.

8. Reclamar por maior justiça fiscal

- **Exigir medidas de política fiscal**, de modo a tornar o sistema fiscal mais justo e progressivo;
- **Aplicar um imposto geral sobre a fortuna e os movimentos bolsistas;**
- **Combater a fraude** e a evasão fiscal e contributiva e a economia clandestina.

9. Lutar contra a pobreza e a exclusão social

- **Aumentar o investimento** público e privado, de forma a erradicar a pobreza e para que as políticas de inclusão sejam efectivas e consequentes, devendo incluir a melhoria dos salários, das prestações e pensões, dos equipamentos e dos serviços sociais;
- Lutar por uma mais justa distribuição da riqueza;

10. Reduzir os acidentes de trabalho e das doenças profissionais

- **Exigir políticas de prevenção nas empresas** e a criação de serviços de saúde e segurança no trabalho; Desenvolver a acção sindical dirigida para a eleição dos representantes dos trabalhadores e para a constituição das Comissões de Higiene e de Segurança.

Vamos à luta por um Portugal com Futuro!

Lisboa, 15-09-2011